



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**TERMO ADITIVO Nº 14 AO CONTRATO TRE-RO N. 027/2017.**

**TERMO ADITIVO N. 14 AO CONTRATO TRE-RO N. 027/2017 (EVENTO [0254602](#))**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO SEI TRE-RO N. [0002397-77.2017.6.22.8000](#)**

**PREGÃO ELETRÔNICO TRE-RO N. 027/2017**

**DÉCIMO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRE-RO E A EMPRESA FOX ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA, PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO COMPLETO DE ENGENHARIA EM PLATAFORMA BIM, PARA CONSTRUÇÃO DA NOVA SEDE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA E DO NOVO FÓRUM ELEITORAL DA CAPITAL.**

A UNIÃO, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA (TRE-RO)**, inscrito no CNPJ sob o n. 04.565.735/0001-13, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889 – Baixa União, CEP: 76.805-859, em Porto Velho/RO, neste ato representado seu Presidente, **Desembargador PAULO KIYOCHI MORI**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG \*\*\*2600/SSP-SP e do CPF \*\*\*.734.148-\*\*, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro, a empresa **FOX ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n. 01.693.698/0001-30, com sede na Sia Sul, Quadra 4-C, Bloco D, Loja 37, CEP: 71.200-049, em Brasília/DF, Telefone(s): (61) 2103-9555 e (61) 99558-6123, E-mail(s): [contratos.licit@foxengenharia.com.br](mailto:contratos.licit@foxengenharia.com.br) e [fox@foxengenharia.com.br](mailto:fox@foxengenharia.com.br), neste ato representada por seu preposto, Senhor **FRANCISCO DE ASSIS VARGAS**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG \*\*\*4.295/SSP-DF e do CPF \*\*\*.414.946-\*\*, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, em conformidade com o Ato de Autorização constante na Decisão n. 54/2023-GABDG (evento 1025280), celebram o presente Termo Aditivo, mediante acordo entre as partes, ficando estabelecidas as seguintes cláusulas e condições:



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**DO OBJETO**

(Artigo 55, I, da Lei 8.666/1993)

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – O presente Termo Aditivo possui os seguintes objetos:

- 1) Prorrogar excepcionalmente o prazo de vigência do Contrato TRE-RO n. 27/2017 por mais 240 (duzentos e quarenta) dias corridos, contados a partir de 29/06/2023, com prazo final em 23/02/2024, sem ônus para o Contratante.
- 2) Incluir a Cláusula Décima Nona ao Contrato TRE-RO n. 27/2017 com o texto a seguir, para constar a obrigação de observância à Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD:

**DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

**(Lei 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD)**

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA** – Quanto à proteção de dados pessoais, deverá ser observado o que segue:

- I - As partes deverão cumprir a Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou da contratação administrativa que eventualmente venham a ser firmados, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa;
- II - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD;
- III - É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei;
- IV - A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todas as contratações de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela Contratada;
- V - Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da Contratada eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações;

VI - É dever da Contratada orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD;

VII - A Contratada deverá exigir dos eventuais suboperadores/subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância; (quando for o caso de subcontratação);

VIII - O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a Contratada atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados; (se exigível);

IX - A Contratada deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado;

X - Os Bancos de dados formados a partir de contratações administrativas, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos, sendo que:

a) os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

XI - A contratação está sujeita a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD; e

XII - As contratações, convênios ou instrumentos congêneres de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional referida.

**Subcláusula Primeira** - Fica ressalvada a possibilidade de extinção antecipada do presente ajuste antes do prazo final indicado no item 1 desta Cláusula, caso sanadas as pendências que motivaram a prorrogação excepcional registrada neste Termo Aditivo ou em caso de deliberação da Administração do TRE-RO.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Subcláusula Segunda** – Na Manifestação 1/2023-COMISSÕES/CFEP (evento [1019749](#)) e na Manifestação n. 1/2023–COMISSÕES/CGEP (evento [1022214](#)) do Processo correspondente a unidade gestora apresenta as informações detalhadas que motivaram a lavratura do presente Termo Aditivo.

**Subcláusula Terceira** – O histórico desta contratação consta no anexo I deste instrumento.

**DA GARANTIA**

(Artigo 55, VI, da Lei 8.666/1993)

**CLÁUSULA SEGUNDA** – Para assegurar a plena execução do presente ajuste e com fundamento nos termos do art. 56 da Lei n. 8.666/1993, **a CONTRATADA deverá apresentar à Administração da CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura deste instrumento, renovação da garantia contratual apresentada anteriormente**, observadas todas as condições, prazos, percentuais e valores constantes no contrato inicial, com fulcro na Cláusula Sétima do Contrato originário e do art. 56, § 2º, da Lei 8.666/1993, consistente na renovação da garantia representada pela Apólice e atualizada pelo endosso respectivos, considerando a prorrogação do prazo de vigência deste Contrato indicada no item I da Cláusula anterior deste Termo Aditivo.

**DO FUNDAMENTO LEGAL**

(Artigo 57, I, §1º, V, da Lei 8.666/1993)



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**CLÁUSULA TERCEIRA** - O presente Termo Aditivo é celebrado com fundamento no art. 57, I, § 1º, V, da Lei nº 8.666/1993 e na Subcláusula Quarta da CLÁUSULA QUARTA do Contrato nº 27/2017 (Prorrogação), e com fundamento na Lei 13.709/2018 (LGPD).

**DA RATIFICAÇÃO**

**CLÁUSULA QUARTA** - Ficam ratificadas todas as cláusulas e condições estabelecidas no Contrato originário que não tenham sido alteradas pelos termos aditivos e pelas apostilas posteriores, e o presente Termo Aditivo passa a fazer parte integrante do Contrato em referência, como se nele estivesse transcrito.

**DA PUBLICAÇÃO**

(Artigo 61, Parágrafo único, da Lei 8.666/1993)

**CLÁUSULA QUINTA** - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

E por estarem, CONTRATANTE e CONTRATADA, assim acordados, lavrou-se o presente instrumento que, após lido e achado conforme, foi assinado pelas partes contratantes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI do TRE-RO, e pelas testemunhas abaixo.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Porto Velho/RO, junho de 2023.

<b>Desembargador PAULO KIYOCHI MORI</b> Pelo Contratante	<b>FRANCISCO DE ASSIS VARGAS</b> Pela Contratada
Fábia Maria dos Santos Silva CPF: ***.849.102-** Testemunha	Luciano da Silva Santos Braga CPF: ***.434.482-** Testemunha

**ANEXO I DO TERMO ADITIVO N. 14 AO CONTRATO TRE-RO N. 27/2017**

**HISTÓRICO DA CONTRATAÇÃO**

**Valor inicial do Contrato, mais valores e informações dos termos aditivos/apostilas:**

<b>Contrato/Aditivo/Apostila (Valores, objetos e datas de assinatura e de vigência)</b>	<b>Valor inicial do contrato e valor de cada</b>	<b>Percentual de acréscimo/supressão de aditivo/apostila em relação ao</b>
---	--	--



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	<b>aditivo/apostila</b>	<b>valor inicial do contrato</b>  <b>(Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/1993)</b>
Contrato n. 27/2017 (assinado em 29/12/2017) – Volume IV do PA (evento n. <a href="#">0254602</a> ).  Vigência de 325 dias corridos, a contar de 29/12/2017.  Valor: R\$ 2.080.000,00  Garantia: 5% desse valor, com renovação a cada prorrogação.	R\$ 2.080.000,00	-
1º Termo Aditivo (assinado em 03/10/2018) – Volume VI do PA (evento n. <a href="#">0341353</a> ):  a) Prorrogar o prazo de vigência por mais 76 dias corridos (a contar de 20/11/2018, e data final em 03/02/2019), sem ônus para o Contratante; e  b) Prorrogar o prazo de execução por mais	-	-



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

76 dias corridos (a contar de 06/10/2018, e data final 20/12/2018), sem ônus para o Contratante.		
2º Termo Aditivo (assinado em 10/01/2019) – Volume VIII do PA (evento n. <a href="#">0382506</a> ):  a) Prorrogar o prazo de vigência por mais 180 dias corridos (a contar de 04/02/2019 e data final em 02/08/2019), sem ônus para o Contratante; e  b) Prorrogar o prazo de execução por mais 180 dias corridos (a contar de 21/12/2018 e data final em 18/06/2019), sem ônus para o Contratante.	-	-
3º Termo Aditivo (assinado em 18/06/2019) – Volume IX do PA (evento n. <a href="#">0425533</a> ):  a) Prorrogar o prazo de vigência por mais 150 dias corridos (a contar de 03/08/2019 e data final em 30/12/2019), sem ônus para o	-	-





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Contratante; e		
b) Prorrogar o prazo de execução por mais 150 dias corridos (a contar de 19/06/2019 e data final em 15/11/2019), sem ônus para o Contratante.		
4º Termo Aditivo (assinado em 16/12/2019) – Volume XI do PA (evento n. <a href="#">0482209</a> ):		
a) Prorrogar o prazo de vigência por mais 150 dias corridos (a contar de 31/12/2019 e data final em 28/05/2020), sem ônus para o Contratante; e	-	-
b) Prorrogar o prazo de execução por mais 150 dias corridos (a contar de 16/11/2019 e data final em 13/04/2020), sem ônus para o Contratante.		
5º Termo Aditivo (assinado em 09/04/2020) – Volume XI do PA (evento n. <a href="#">0523088</a> ):	-	-
a) Prorrogar o prazo de vigência por mais		



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

180 dias corridos (a contar de 29/05/2020 e data final em 24/11/2020), sem ônus para o Contratante; e		
b) Prorrogar o prazo de execução por mais 180 dias corridos (a contar de 14/04/2020 e data final em 10/10/2020), sem ônus para o Contratante.		
6º Termo Aditivo (assinado em 24/11/2020) – Volume XVI do PA (evento n. <a href="#">0614039</a> ):		
a) Prorrogar o prazo de vigência por mais 180 dias corridos (a contar de 25/11/2020 e data final em 23/05/2021), sem ônus para o Contratante; e	-	-
b) Prorrogar o prazo de execução por mais 180 dias corridos (a contar de 11/10/2020 e data final em 08/04/2021), sem ônus para o Contratante.		
7º Termo Aditivo (assinado em 24/05/2021) – Volume XVIII do PA	-	-



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<p>(evento n. <a href="#">0691473</a>):</p> <p>a) Prorrogar o prazo de vigência por mais 90 dias corridos (a contar de 24/05/2021 e data final em 21/08/2021), sem ônus para o Contratante; e</p> <p>b) Prorrogar o prazo de execução por mais 90 dias corridos (a contar de 09/04/2021 e data final em 07/07/2021), sem ônus para o Contratante.</p>		
<p>8º Termo Aditivo (assinado em 20/08/2021) – Volume XXI do PA (evento n. <a href="#">0728446</a>)</p> <p>I – <u>Prorrogar o prazo de vigência do Contrato n. 27/2017</u>, por mais 131 (cento e trinta e um) dias corridos, a contar de 22/08/2021 e data final em 30/12/2021, sem ônus para o Contratante; e</p> <p>II – <u>Prorrogar o prazo de execução do Contrato n. 27/2017</u>, por mais 146 (cento e quarenta e seis) dias corridos, a contar de</p>		



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

08/07/2021 e data final em 30/11/2021, sem ônus para o Contratante.		
9º Termo Aditivo (assinado em 30/12/2021) – Volume XXIII do PA (evento n. <a href="#">0776178</a> )  I – <u>Prorrogar o prazo de vigência do Contrato n. 27/2017</u> , por mais 45 (quarenta e cinco) dias corridos, a contar de 31/12/2021 e data final em 13/02/2022, sem ônus para o Contratante; e  II – <u>Prorrogar o prazo de execução do Contrato n. 27/2017</u> , por mais 45 (quarenta e cinco) dias corridos, a contar de 01/12/2021 e data final em 14/01/2022, sem ônus para o Contratante.	-	-
10º Termo Aditivo (assinado em 14/02/2022) – Volume XXIV do PA (evento n. <a href="#">0790689</a> )  I – Prorrogar o prazo de vigência do Contrato n. 27/2017, por mais 75 (setenta e cinco) dias corridos, a contar de	-	-



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

14/02/2022 e data final em 29/04/2022, sem ônus para o Contratante; e		
II – Prorrogar o prazo de execução do Contrato n. 27/2017, por mais 75 (setenta e cinco) dias corridos, a contar de 15/01/2022 e data final em 30/03/2022, sem ônus para o Contratante.		
11º Termo Aditivo (assinado em 29/04/2022) – Volume XXVI do PA (evento n. <a href="#">0821446</a> )		
I – Prorrogar o <u>prazo de vigência do Contrato n. 27/2017</u> , por mais 112 (cento e doze) dias corridos, a contar de 30/04/2022 e data final em 19/08/2022, sem ônus para o Contratante; e	-	-
II – Prorrogar o <u>prazo de execução do Contrato n. 27/2017</u> , por mais 91 (noventa e um) dias corridos, a contar de 31/03/2022 e data final em 29/06/2022, sem ônus para o Contratante.		
12º Termo Aditivo (assinado em	-	-



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

19/08/2022) – Volume XXVII do PA (evento n. <a href="#">0881346</a> )  I – Prorrogar o prazo de vigência do Contrato n. 27/2017, por mais 132 (cento e trinta e dois) dias, a contar de 20/08/2022: 30/12/2022, sem ônus para o Contratante; e  II – Prorrogar o prazo de execução do Contrato n. 27/2017, por mais 123 (cento e vinte e três) dias, a contar de 30/06/2022: 31/10/2022, sem ônus para o Contratante.		
13º Termo Aditivo (assinado em 29/12/2022) – Volume XXX do PA (evento n. <a href="#">0962933</a> )  I – Prorrogar o prazo de vigência do Contrato n. 27/2017, por mais 180 (cento e oitentas) dias, a contar de 31/12/2022 e data final em 28/06/2023, sem ônus para o Contratante.	-	-
14º Termo Aditivo (assinado em ____/06/2023) – Volume XXXII do PA	-	-



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(evento n. <a href="#">1026545</a> )		
I– Prorrogação excepcional do prazo de vigência do Contrato n. 27/2017, por mais 240 (cento e oitentas) dias, a contar de 29/06/2023 e data final em 23/02/2024, sem ônus para o Contratante; e		
II - Inclusão de cláusula sobre a LGPD.		

\*Eventuais divergências nas somas são decorrentes de arredondamento de casas decimais em cálculos envolvendo dízimas periódicas.

<b>VALOR ATUALIZADO DESTA CONTRATAÇÃO PARA FINS DE EVENTUAL CÔMPUTO DE ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES</b> – Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/1993 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário.	R\$ 2.080.000,00
<b>PERCENTUAL TOTAL DE ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES JÁ REALIZADOS NESTA CONTRATAÇÃO, EM RELAÇÃO AO VALOR ATUALIZADO CONTRATO</b> – Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/1993 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário.	-



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **PAULO KIYOCHI MORI, Presidente**, em 28/06/2023, às 18:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO DE ASSIS VARGAS, Usuário Externo**, em 28/06/2023, às 19:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 29/06/2023, às 12:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO DA SILVA SANTOS, Auxiliar Administrativo(a)**, em 29/06/2023, às 16:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0002397-77.2017.6.22.8000

INTERESSADO: DIRETORIA-GERAL





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ASSUNTO: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 027/2017 – Minuta de Termo Aditivo - Objeto: Projeto Completo de Engenharia em plataforma BIM para a nova sede do TRE-RO – Análise.

**PARECER JURÍDICO Nº 130 / 2023 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC**

**I – RELATÓRIO**

**01.** Trata-se de processo administrativo, no qual, após regular licitação, levou-se a cabo a contratação da sociedade empresária **FOX ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA**, para a prestação de serviços de engenharia consistente na elaboração de Projeto Completo de Engenharia em plataforma BIM para a construção da nova sede do Tribunal Regional de Rondônia e do novo Fórum Eleitoral da Capital, materializada no Contrato Administrativo n. 027/2017 ([0254602](#)).

**02.** A **vigência inicial** do referido contrato foi de **325 dias**, contados a partir de 29/12/2017, e seu **prazo de execução de 275 dias** a partir de 03/01/2018 – data da emissão da nota de empenho. Após prorrogações contratuais, o Termo Aditivo de n. 13º prorrogou a vigência do Contrato n. 27/2017 (evento [0254602](#)), por mais 180 (cento e oitentas) dias, a contar de 31/12/2022 e data final em 28/06/2023, sem ônus para o Contratante.

**03.** Por meio do e-mail ([1019747](#)), a contratada registrou, em síntese, a proximidade do encerramento da vigência do 13º Termo Aditivo ([0962933](#)) referente ao Contrato nº 027/2017, informando está seguindo com as diretrizes e produtos para atender a alguns créditos e futura obtenção da Certificação LEED, nível Prata. Encaminhou também relatório sobre o andamento dos projetos da certificação LEED referente aos período de 10.10.2022 a 10.05.2023, apresentando o histórico do andamento das atividades, processos e aprovações, nos seguintes termos:

No dia 10/10/2022, projetos e documentações para obtenção da certificação LEED, foram avaliados pela Ture – Edificações Sustentáveis (Empresa especializada em consultoria para certificação LEED), que forneceu parecer, contendo pendências e considerações baseadas em cinco critérios, sendo 2 deles concluídos e com documentação inserida na plataforma LEED on-line e outros 3 pendentes.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Após avaliação de projetos e documentações pela Ture, a equipe de Engenharia mecânica Fox revisou os projetos e documentos – no período de 10/10/2022 a 31/03/2023 – para uma nova simulação energética da ZEINZ (Empresa especializada em simulação energética). Antes de ser adicionado à plataforma LEED, esse material sofrerá nova avaliação pela Ture.

No momento, a Equipe de Engenharia Civil Fox está reavaliando todo o material referente ao reservatório (projetos e memoriais), o qual precisará de 10 dias úteis para passar por uma nova análise da Ture, a partir do seguinte comunicado enviando em 20/01/2023:

"Para darmos prosseguimento à certificação LEED e às pendências elencadas pelo GBCI, contratamos novamente a consultora Isabella (Ture), que fará:

1. revisão da documentação LEED referente aos requisitos Rainwater Management e Indoor Water Use Reduction;
2. revisão dos documentos de projetos (realizada pela equipe Fox, sob orientação da equipe da Ture);
3. carregamento dos arquivos na plataforma LEED para início das análises do GBCI.

**04.** Em seguida, a Comissão de Gestão do contrato ([1019749](#)) apresentou suas considerações técnicas acerca do pedido formulado pela Contratada, manifestando-se, em síntese, da seguinte forma:

Em que pese as informações apresentadas no Relatório de Andamento da Certificação LEED ([1015201](#)) e o consequente pedido de prorrogação, vale constar que não identificamos fatos novos ou premissas subsequentes à apresentação da proposta do licitante bem como do protocolo inicial dos projetos junto GBC Brasil que justifique os descumprimentos dos prazos já concedidos exclusivamente para esta obrigação contratual.

Registra-se, novamente, que deste de janeiro de 2022, a contratada tem se dedicado unicamente nesta atividade de obtenção da certificação LEED, não obtendo êxito até a presente data.

Portanto, o conjunto de documentos apresentadas não deixou claro o nível de execução desta atividade para o alcance da certificação, não possibilitando esta fiscalização mensurar o grau de pendências ou estimativa de prazo de conclusão, tendo em vista que conforme relatório, os documentos e projetos ainda passarão por revisão e somente após estas alterações será reencaminhada novamente a certificadora, podendo ocorrer pendências e consequente necessidade de novas modificações, conforme já ocorrido anteriormente.

Por fim, considerando a imprescindibilidade do Relatório do Projeto emitido pela GBC Brasil acerca dos créditos e futura obtenção da Certificação LEED, nível Prata, nos manifestamos no sentido:

Notificar a contratada acerca do descumprimento contratual (LEED) e consequente sujeição a multa moratória até a entrega completa das obrigações contratuais;

**Pela prorrogação apenas do prazo de vigência do Contrato n. 27/2017, por 240 (duzentos e quarenta dias) dias corridos.**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**05.** Por sua vez, a Comissão de Gestão dos Projetos ([1022214](#)) para construção da nova sede do TRE-RO apresentou suas considerações acerca do pedido de prorrogação da vigência do Contrato 027/2017 ([0870655](#)) e acolheu integralmente a Manifestação CFEP n. 1/2023 ([1019749](#)), in verbis:

**03.** Trata-se de mais um pedido de prorrogação dos prazos contratuais para conclusão das tarefas inerentes e necessárias à obtenção da certificação LEED, produto que compõe o objeto do contrato e, portanto, de responsabilidade da contratada. Por sua vez, o Coletivo de Fiscalização enfatiza que a imprescindível da referida certificação para a conclusão do objeto contratado e consequente pagamento final dos serviços à contratada.

**04.** Menciona, ainda, as repercussões dos ajustes exigidos pela entidade certificadora sobre alguns projetos, que demandarão alterações nos projetos especificamente indicados e, que, portanto, poderão repercutir até mesmo na estimativa de custos da obra do edifício-sede.

**05.** Nessa linha, conquanto seja digno de nota os registros da Comissão de Fiscalização sobre a ausência de comprovação de avanços na execução dessa tarefa, sua imprescindibilidade leva à necessidade de prorrogação do prazo de vigência do contrato para albergar o cumprimento dessa obrigação. Rigorosamente, a verificação do termo final do contrato (expiração da vigência) não desonera a contratada das obrigações assumidas, dado que o vínculo mantido pelas partes decorre de um **contrato de escopo**, no qual as partes estão obrigadas ao cumprimento integral de suas responsabilidades, independentemente do vencimento do contrato. Contudo, a prorrogação da vigência afasta questionamentos acerca do caráter obrigacional, sendo medida acautelatória para a Administração.

**06.** Por fim, diante da ausência de demonstração de ação dirigida da contratada para a efetiva obtenção da certificação LEED, ou mesmo de comprovação de **fato justificado** que tenha repercutido de forma a embarçar a consecução desse objetivo, **não** se vislumbram presentes os motivos previstos nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei n. 8.666/93, capazes de ensejar a prorrogação justificada do prazo de execução desse serviço, estando a contratada em mora enquanto não executá-lo na forma prevista pela CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA, Subcláusula Primeira do Contrato n. 027/2017.

**07. Pelo exposto** e tratando-se de questão técnica associada à execução do objeto, esta Comissão de Gestão acolhe integralmente a Manifestação CFEP n. 1/2023 ([1019749](#)) e manifesta-se nos seguintes termos:

**I - Notificação** da contratada para manifestar-se sobre o descumprimento da obrigação prevista na Cláusula Segunda do Contrato, item B - Elementos da Contratação - item 5: Obtenção de Certificação LEED Silver e ENSI-Classe "a" do Programa PROCEL, combinada com a conduta descrita na CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA, Subcláusula Primeira, item 4: Descumprir, de forma injustificada, o prazo de entrega de qualquer um dos documentos previstos em cada uma das etapas, incidente sobre o valor da etapa inadimplida, podendo ser aplicadas as sanções ali previstas;

**II** - Pela possibilidade de prorrogação do prazo de vigência do Contrato n. 27/2017, por mais 240 (duzentos e quarenta dias) dias corridos, para fins exclusivos de conclusão dos serviços necessários à obtenção da Certificação LEED, nível Prata.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**08.** Nesses termos, caso assim entenda a Administração:

**I** - o prazo de 240 dias corridos deverá ser acrescido ao atual prazo de vigência do contrato atualmente fixado para 28/06/2023, na forma do TERMO ADITIVO n. 13 AO CONTRATO 027/2017 ([0962933](#)): **Novo prazo de vigência: 23/02/2024;**

**II** - Caso deferida a prorrogação nos moldes aqui sugeridos deverá a contratada, em cumprimento ao ITEM I da CLÁUSULA SÉTIMA do Contrato Administrativo n. 027/2017, alterada pela CLÁUSULA SEGUNDA DO TERMO ADITIVO N. 13, **renovar**, no prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do novo termo aditivo, a **garantia** representada pela Apólice contida no evento [0277229](#), atualizada pelo endosso juntado no evento [0894574](#), com atual vigência até 30/03/2023 e que deverá ter novo termo final em **23/05/2024**, ou seja, 90 dias após o término da vigência contratual, de acordo com a Cláusula Sétima do ajuste originário.

**06.** Recebido os autos na SAOFC, de acordo com o Despacho n. 1252/2023 – GABSAOFC ([1022604](#)), o secretário da SAOFC, considerando as manifestações da **CFEP e CGEP relatadas**, determinou o envio, com urgência, do processo à SECONT para elaboração da minuta de Termo Aditivo e à AJSAOFC para análise e emissão de parecer jurídico.

**07.** Por fim, a SECONT trouxe ao processo a minuta do Termo Aditivo n.14 ao Contrato TRE -RO n.027/2017 ([0254602](#)) juntada no evento ([1023143](#)). Assim instruídos, vieram os autos para análise jurídica.

**É o breve e necessário relato.**

## **II – CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

**08.** Inicialmente, convém ressaltar que este parecer utiliza como base os elementos que constam nestes autos (Processo SEI nº 0002397-77.2017.6.22.8000) até a presente data.

**09.** Ressalte-se que, conforme art. 58-A, inciso I c/c XI, do Regimento Interno do Corpo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, com redação dada pelo Resolução TRE-RO n. 11/2022, e demais atos normativos



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

regulamentadores das atividades dos Assessores Jurídicos, é responsabilidade desta Assessoria prestar consultoria jurídica, de forma imparcial, aos atos praticados no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE/RO.

**10.** O presente parecer se restringirá aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito técnico e administrativo, salvo patente ilegalidade. Isso não significa, porém, que não poderão ser tecidas considerações e recomendações a respeito da motivação dos atos para melhor embasá-los.

**11.** A manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados.

**12.** De outro lado, cabe esclarecer que, via de regra, não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos. Incumbe, isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências.

### **III – ANÁLISE JURÍDICA**

#### **3.1.2 Da Possibilidade Jurídica da Prorrogação Contratual:**

**13.** Conforme já relatado, a Contratada requer a prorrogação da vigência do contrato originário, resumidamente, em função dos trâmites necessários à obtenção da Certificação LEED, nível Prata.

**14.** Nessa esteira, a prorrogação pretendida encontra amparo legal no art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/1993, que assim versa:

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

§ 1º Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega **admitem prorrogação**, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I - alteração do projeto ou especificações, pela Administração;

II - superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

III - interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;

IV - aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;

V - impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

VI - omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

**15. De notar-se que o instrumento contratual que regula a avença sub examine dispõe em sua **Cláusula quarta, subcláusula quarta, e subcláusula Sétima da Cláusula décima quinta:****

**Subcláusula Quarta** – Os prazos estabelecidos nesta Cláusula podem vir a ser prorrogados, nos termos do artigo 57, I e seus §§, todos da Lei 8.666/93.

**Subcláusula Sétima** – A contratação poderá ter sua vigência prorrogada, havendo justificativa aceita pela Administração, sem prejuízo de eventuais sanções pelo atraso na execução, não ensejando necessariamente a repactuação de preços.

**16. Nesse diapasão, a classificação dos contratos administrativos como de *escopo* é utilizada para distingui-los dos denominados contratos de execução continuada. De acordo com essa diferenciação, de *escopo* seriam aqueles contratos que “*impõem à parte o dever de realizar uma conduta específica e definida, de forma que, uma vez cumprida a prestação, o contrato se exaure.*”**

**17. Já nos contratos de execução continuada, as obrigações se renovam no tempo, não havendo uma só obrigação específica e definida, a ser cumprida em determinado prazo, de forma que, após o adimplemento, viesse a ficar o devedor liberado do ajuste.**

**18. De outro modo, nos contratos de execução continuada, o serviço é prestado enquanto o contrato existir; diversamente, nos contratos por escopo, o que interessa é a conclusão do objeto, sendo o prazo elemento acessório, condicionado ao cumprimento total do objeto.**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**19.** Segundo o entendimento doutrinário esposado pelo eminente administrativista **Marçal Justen Filho** (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 13ª edição. São Paulo: Dialética, 2009, p. 195.), enquanto no contrato de escopo “o prazo de vigência se destina a delimitar o período de tempo para a execução da prestação pela parte”, nos de execução continuada “o prazo de vigência destina-se a estabelecer o período de tempo durante o qual a contratação produzirá efeitos.

**20.** Destarte, a jurisprudência vem pautando seu entendimento sobre a prorrogação dos contratos por escopo regidos pela Lei n.º 8.666/1993 **como contratos de prestação continuada**. Nos termos do **Parecer n.º 13/2013/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU**, a Advocacia-Geral da União firmou entendimento que o contrato de escopo submete-se a prazo e que não se admite sua prorrogação, **após findo o prazo**, devendo o contratante buscar participar de novo certame licitatório ou buscar indenização em caso de dano. Seguem adiante transcritas as conclusões do aludido parecer:

"Para o objeto deste parecer, cabe destacar três peculiaridades formais do contrato administrativo: **(a)** necessidade, em regra, de prévia licitação, **(b)** a obrigatoriedade de formalização de contrato e dos seus termos aditivos, **(c)** a impossibilidade de celebração com prazo indeterminado. Assim, o procedimento legal para uma situação em que o prazo de vigência se avizinha sem conclusão do objeto é a prorrogação do contrato com base em um dos motivos previstos no **artigo 57, § 1º, da Lei nº 8.666/1993**."

**21.** Nessa esteira, em ajustes firmados com fulcro na Lei n.º 8.666/1993, caso o termo final do prazo de vigência esteja para ser atingido, bem como a Administração e o contratado pretendam estendê-lo, será necessário formalizar a prorrogação por meio de termo aditivo. No que se refere à prorrogação automática de contrato por escopo quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato, desde que registrado nos autos as ocorrências supervenientes que ocasionaram a não conclusão da obra ou do serviço e manifestação da autoridade competente, sem prejuízo de eventual apuração de responsabilidade, **cumprir trazer à baila entendimentos do TCU nesse sentido:**

"A regra é a prorrogação do contrato administrativo mediante a formalização do respectivo termo aditivo, antes do término do prazo de vigência do ajuste, ainda que amparado em um dos motivos do **art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666, de 1993**, uma vez que, transcorrido o prazo de vigência, o contrato original estaria formalmente extinto e o aditamento posterior não poderia produzir efeitos retroativos;





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2. É possível considerar, no caso concreto, os períodos de paralisação por iniciativa da contratante como períodos de suspensão da contagem do prazo de vigência do contrato de obras, com o intuito de evitar o prejuízo da comunidade destinatária do objeto de inquestionável interesse público, mesmo diante da inércia do agente em formalizar tempestivamente o devido aditamento para a prorrogação do prazo de conclusão do objeto." (**Acórdão n.º 127/2016 - Plenário**) (sem destaques no original)

‘A extinção do contrato pelo término de seu prazo é a regra dos ajustes por tempo determinado. **Necessário é, portanto, distinguir os contratos que se extinguem pela conclusão de seu objeto e os que terminam pela expiração do prazo de sua vigência:** nos primeiros, o que se tem em vista é a obtenção de seu objeto concluído, operando o prazo como limite de tempo para a entrega da obra, do serviço ou da compra sem sanções contratuais; nos segundos, o prazo é de eficácia do negócio jurídico contratado, e assim sendo, expirado o prazo, extingue-se o contrato, qualquer que seja a fase de execução de seu objeto, como ocorre na concessão de serviço público, ou na simples locação de coisa por tempo determinado. Há, portanto, prazo de execução e prazo extintivo do contrato’.” (**Acórdão n.º 2.068/2004 - Plenário**) (sem destaques no original)

**22.** Sendo assim, na contratação por escopo, caso não tenha sido viabilizada a prorrogação de seu prazo de vigência por aditamento, poderá ser reconhecida a prorrogação automática quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato, desde que registradas nos autos as ocorrências supervenientes que ocasionaram a não conclusão do objeto, sem prejuízo de eventual apuração de responsabilidade. **Ainda assim, tal situação não pode servir de justificativa para prorrogações indefinidas do contrato, ferindo o interesse público.**

**23.** De qualquer forma, é de todo recomendável, por questões de segurança jurídica, conforme observado na manifestação CGEP ([1022214](#)), que a prorrogação de vigência de contratos por escopo seja formalizada **por meio de termo aditivo previamente à expiração do prazo previsto na avença**, notadamente em virtude da necessidade de estabelecimento de novos prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega do objeto, se for o caso.

**24.** Caso o descumprimento do prazo de execução tenha ocorrido com culpa do contratado, o Administrador terá duas opções, visando a melhor forma de atingir o interesse público: **a)** aplicação das sanções decorrentes da mora e, concomitantemente, a cobrança do cumprimento das obrigações contratuais, sem prejuízo da possibilidade de redefinição de um novo prazo de execução; ou **b)** rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas em contrato sobre o particular.





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**25.** Desta maneira, tanto na hipótese de descumprimento do prazo de execução por culpa do contratado, quanto na de descumprimento do prazo de execução sem sua culpa, deve a Administração encarar a possibilidade de prorrogação como evento absolutamente excepcional. Assim, essa opção de prorrogar deve ser aplicada com cautela, devida e exaustivamente motivada, visto que o normal e o esperado é que os contratos por escopo sejam cumpridos **dentro do prazo inicialmente previsto**.

**26.** Logo, competirá à Administração Pública avaliar a conveniência e a oportunidade de se “**prorrogar**” a avença, porque medida decorrente do poder discricionário. A ordem jurídica, quando permite a prorrogação, não estabelece sua obrigatoriedade, cabendo ao gestor público analisar, conforme dito, a conveniência e a oportunidade de utilização do permissivo legal, sempre com vistas a alcançar, ao máximo, o interesse público primário.

### **3.1.3 Dos Requisitos para a prorrogação de vigência de contrato no entendimento do TCU:**

**27.** Ainda sobre a possibilidade de prorrogação da vigência de contratos, traz-se à colação o entendimento do TCU, em que se assevera: "Logo, é necessário que toda e qualquer prorrogação de prazo contratual observe, no mínimo, os seguintes pressupostos:

- I** existência de previsão para prorrogação no edital e no contrato
- II** objeto e escopo do contrato inalterados pela prorrogação;
- III** interesse da Administração e do contratado declarados expressamente;
- IV** vantajosidade da prorrogação devidamente justificada nos autos do processo administrativo;
- V** manutenção das condições de habilitação pelo contratado;
- VI** preço contratado compatível com o mercado fornecedor do objeto contratado.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

28. Quanto à prorrogação solicitada do **prazo de vigência**, verifica-se nos autos manifestações concordantes por parte da Comissão de Fiscalização CFEP ([1019749](#)) e Comissão de Gestão CGEP ([1022214](#)), considerando a **imprescindibilidade** da elaboração do Relatório do Projeto emitido pela GBC Brasil acerca dos créditos e futura obtenção da Certificação LEED.

29. Nesses termos, esta unidade jurídica verifica que foram cumpridos os requisitos objetivos estabelecidos pela legislação de regência e pelas regras contratuais, situação permissiva à prorrogação da avença na forma pretendida. Ressalte-se que há manifestação expressa da Contratada pela renovação do pacto quando solicita a prorrogação da vigência ([1019747](#)). **Em relação à manutenção das condições de habilitação pelo contratado, deverão essas serem trazidas ao processo pelo gestão do contrato previamente à celebração do termo aditivo.**

**3.2 Da minuta do aditivo para registro do ato - Da manutenção do valor da garantia e da Proteção de Dados Pessoais:**

30. A SECONT trouxe ao processo a Minuta do Termo Aditivo n. 14 ([1023143](#)) ao Contrato Administrativo n. 027/2017 ([0254602](#)) para o registro da prorrogação pretendida.

31. Após análise de seus aspectos formais, verifica-se que o referido instrumento contempla a contento as informações necessárias e suficientes ao propósito do ato sob exame neste parecer, motivo pelo qual conclui-se que está em **conformidade** com as regras do art. 55 da Lei n. 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, **não havendo reparos a fazer nessa seara.**

32. Destaca-se a ressalva trazida pela **Subcláusula Primeira da CLÁUSULA PRIMEIRA** da minuta que diz respeito ao registro da possibilidade de extinção antecipada do ajuste que se pretende prorrogar no caso sanadas as pendências que motivaram a prorrogação excepcional registrada neste Termo Aditivo ou em caso de deliberação da Administração do



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

TRE-RO. Sobre essa regra, deve-se alertar que a referida extinção não ocorrerá de forma automática com a verificação da condição, apenas servirá como fundamento para a rescisão que deverá ser objeto de instrumento formal de rescisão. Registra-se, inclusive, a previsão na minuta ([1023143](#)) de **alteração** visando à inclusão da cláusula “**DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**” disciplinada pela **Lei n. 13.709/2018** (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), que estabelece os procedimentos quanto à proteção de dados pessoais nas contratações do TRE-RO. A nova regra não merece qualquer reparo, haja vista que tem supedâneo em texto legal expresso

**33.** Por fim, verifica-se que a SECONT também inseriu na minuta a cláusula que disciplina a obrigação de apresentação de garantia contratual, exigência com expressa previsão na CLÁUSULA SÉTIMA do ajuste originário. Nessa linha, deverá a contrata ser notificada para apresentar a renovação da garantia dimensionada ao novo prazo de vigência do contrato, devendo a gestão do contrato observar o seu cumprimento. Sobre o tema, o Tribunal de Contas da União assim se manifesta:

O agente público que deixa de exigir da contratada a prestação das garantias contratuais, conforme previsto no art. 56 da Lei n. 8.666/1993, responde pelos prejuízos decorrentes de sua omissão, bem como às penas previstas nos arts. 57 e 58 da Lei n. 8.443/92. **Acórdão 859/2006 - Plenário (Sumário)** (sem grifo no original)

Mantenha atenta observação acerca da validade das garantias contratuais fornecidas pelos contratados, resguardando o direito da Administração caso necessite utilizá-las, em obediência ao art. 55, VI c/c art. 66, caput, da Lei n.8.666/1993. **Acórdão 265/2010 - Plenário.** (sem grifo no original)

Exija, como condição necessária a assinatura de contratos e termos de aditamento, de comprovação de que tenham sido prestadas as garantias previstas no instrumento convocatório, na forma do art. 56 da Lei n. 8.666/1993. **Acórdão 1573/2008 - Plenário.** (sem grifo no original)

**34.** Nessa linha, deverá a contrata ser notificada para apresentar a renovação da garantia dimensionada para a cobertura das obrigações, adequada ao novo prazo de vigência, em cumprimento à obrigação imposta pela CLÁUSULA SÉTIMA do Ajuste, já sistematizada na CLÁUSULA SEGUNDA da minuta trazida ao processo pela SECONT.

## **IV – CONCLUSÃO**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**35.** Nesses termos, considerando, sobretudo, as manifestações técnicas da CFEP ([1019749](#)) e da Comissão de Gestão do Contrato ([1022214](#)), esta unidade jurídica **opina:**

**I - Pela possibilidade de prorrogação do prazo de vigência** do Contrato n. 27/2017, por mais 240 (duzentos e quarenta dias) dias corridos, com fundamento na **Subcláusula Quarta da Cláusula Quarta** do Ajuste firmado e com fundamento art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/1993, para fins exclusivos de conclusão dos serviços necessários à obtenção da Certificação LEED, nível Prata;

**II - Pela notificação** da contratada para manifestar-se sobre o descumprimento da obrigação prevista na Cláusula Segunda do Contrato, item B - Elementos da Contratação - item 5: Obtenção de Certificação LEED Silver e ENSI-Classe "a" do Programa PROCEL, combinada com a conduta descrita na CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA, Subcláusula Primeira, item 4: Descumprir, de forma injustificada, o prazo de entrega de qualquer um dos documentos previstos em cada uma das etapas, incidente sobre o valor da etapa inadimplida, podendo ser aplicadas as sanções ali previstas caso comprovado o descumprimento injustificado;

O prazo de 240 dias corridos deverá ser acrescido ao prazo de vigência do contrato atualmente fixado para 28/06/2023, na forma do TERMO ADITIVO n. 13 AO CONTRATO 027/2017 ([0881346](#)): **Novo prazo de vigência: 23/02/2024.**

Caso deferida a prorrogação nos moldes que constam deste parecer, deverá a contratada, em cumprimento ao ITEM I da CLÁUSULA SÉTIMA do Contrato Administrativo n. 027/2017, alterada pela CLÁUSULA SEGUNDA DO TERMO ADITIVO N. 13, **renovar**, no prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do novo termo aditivo, a **garantia** representada pela Apólice contida no evento ([0277229](#)), atualizada pelo endosso juntado no evento ([0894574](#)), com atual vigência até 30/03/2023 e que deverá ter novo termo final em **23/05/2024**, 90 dias após o término da vigência contratual, de acordo com a Cláusula Sétima do ajuste originário.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**36.** Quanto à minuta do 14º (décimo quarto) termo aditivo juntada aos autos ([1023143](#)), sob o aspecto formal, encontra-se em conformidade com as regras da Lei nº 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, não havendo reparos a fazer nessa seara, estando apta, portanto, a produzir todos os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração. Assim sendo, para cumprimento do disposto no parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93, esta Assessoria jurídica **APROVA** os seus termos, observando a recomendação contida no item 29 deste Parecer;

**37.** Registra-se, por oportuno, que a presente contratação encontra-se fundamentada e instruída nos moldes da **Lei n. 10.520/2002** (Lei do Pregão) com aplicação subsidiária da **Lei n. 8.666/93** (Lei de Licitações e Contratos). Nesses termos, a **Portaria SEGES/MGI nº 1.769, de 25 de Abril de 2023**, que dispõe sobre o regime de transição de que trata o art. 191 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal, estabelece que os contratos firmados no regime das referidas leis serão regidos, durante toda a sua vigência, pela norma que fundamentou a sua contratação, inclusive quanto às alterações e às prorrogações contratuais, veja-se:

(..)

Art. 2º Os processos licitatórios e contratações autuados e instruídos com a opção expressa de ter como fundamento a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, ou a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, além do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2023, serão por eles regidos, desde que:

I - a publicação do edital ou do ato autorizativo da contratação direta ocorra até 29 de dezembro de 2023, conforme cronograma constante do Anexo, e

II - a opção escolhida seja expressamente indicada no edital ou do ato autorizativo da contratação direta.

**Parágrafo único.** Os contratos ou instrumentos equivalentes e as atas de registro de preços firmados em decorrência da aplicação do disposto no caput serão regidos, durante toda a sua vigência, pela norma que fundamentou a sua contratação, inclusive quanto às alterações e às prorrogações contratuais.

À consideração da unidade superior.

---



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Katibone Holanda, Assessor(a) Chefe Substituto(a)**, em 20/06/2023, às 15:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1023385** e o código CRC **C27C52E4**.

0002397-77.2017.6.22.8000

Processo: 0002397-77.2017.6.22.8000

Interessada: Diretoria-Geral

Assunto: Termo aditivo ao contrato com a Empresa FOX ENGENHARIA.

**DECISÃO Nº 54 / 2023 - PRES/GABPRES**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Vistos.

Trata-se de solicitação de prorrogação do prazo de vigência contratual formulado pela empresa **FOX ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA**, conforme teor do e-mail de evento n. [1019747](#), em que se avençou a prestação de serviços de engenharia consistente na elaboração de Projeto Completo de Engenharia em plataforma BIM para a construção da nova sede do Tribunal Regional de Rondônia e do novo Fórum Eleitoral da Capital ([0254602](#)).

A Comissão de Fiscalização (CFEP) manifestou pela notificação da contratada acerca do "descumprimento contratual (LEED) e consequente sujeição a multa moratória até a entrega completa das obrigações contratuais" e pela prorrogação apenas do prazo de vigência do Contrato n. 27/2017, por 240 (duzentos e quarenta dias) dias corridos ([1019749](#)).

A Comissão de Projetos (CGEP) informou que não estão presentes os motivos previstos nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei n. 8.666/93 para a prorrogação justificada do prazo de execução desse serviço, estando a contratada em mora enquanto não executá-lo na forma prevista pela cláusula décima terceira, Subcláusula Primeira do Contrato n. 027/2017, contudo manifestou pela possibilidade de prorrogação da vigência do contrato ([1022214](#)).

A Seção de Contratos (SECONT) minutou o Termo Aditivo n. 14 ([1023143](#)).

A Assessoria Jurídica da Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade (AJSAOFC) opinou pela notificação da empresa pelos descumprimento de obrigações previstas no contrato e pela possibilidade de prorrogação do prazo de vigência do Contrato n. 27/2017, por mais 240 (duzentos e quarenta dias) dias corridos, com fundamento na Subcláusula Quarta da Cláusula Quarta do Ajuste firmado e com fundamento art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/1993, para fins exclusivos de conclusão dos serviços necessários à obtenção da Certificação LEED, nível Prata. Na oportunidade, ainda, aprovou a minuta proposta pela SECONT ([1023385](#)).

A Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade (SAOFC) manifestou nos termos do parecer jurídico da AJSAOFC, bem como pela renovação da garantia contratual apresentada anteriormente, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da assinatura do aditivo contratual ([1023573](#)).



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

A Diretoria-Geral (DG) informou que a prorrogação dos prazos não acarretará ônus para o Tribunal e restou demonstrada a necessidade do elastecimento do prazo de vigência, ratificando as informações apresentadas pelas unidades técnicas ([1023765](#)).

É o relatório.

Passo à análise e deliberação quanto à prorrogação do Contrato Administrativo n. 27/2017 ([0254602](#)), pactuado entre este Regional e a empresa FOX ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA.

Como mencionado pela AJSAOFC, SAOFC e pela DG ([1023385](#), [1023573](#) e [1023765](#)), a prorrogação se justifica pela necessidade da conclusão dos serviços necessários à obtenção da Certificação LEED, nível Prata, e, considerando a existência de previsão contratual para a dilação solicitada pela empresa na Subcláusula Quarta da CLÁUSULA QUARTA (abaixo), verifica-se que o interesse da Administração e da contratadas são convergentes.

**CLÁUSULA QUARTA** - A vigência deste Contrato será de **325 (trezentos e vinte e cinco) dias corridos**, a contar da data de assinatura deste instrumento via Sistema Eletrônico de Informações – SEI. (...)

**Subcláusula Quarta** – Os prazos estabelecidos nesta Cláusula podem vir a ser prorrogados, nos termos do artigo 57, I e seus §§, todos da Lei 8.666/93.

Sob o aspecto jurídico, é pacífico o entendimento pela possibilidade de prorrogação de contratos administrativos em execução pelo prazo necessário para o cumprimento do objeto.

No caso dos autos, a pretensão possui fundamento no disposto no art. 57, § 1º da Lei das Licitações:

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

I - aos projetos cujos produtos estejam contemplados nas metas estabelecidas no Plano Plurianual, os quais poderão ser prorrogados se houver interesse da Administração e desde que isso tenha sido previsto no ato convocatório;

(...)

§ 1º Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega **admitem prorrogação**, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I - alteração do projeto ou especificações, pela Administração;

II - superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

III - interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;

IV - aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;

V - impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

VI - omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

A proposta da Comissão de Fiscalização ([1019749](#)) e da Comissão de Gestão ([1022214](#)) é de que o prazo de vigência do Contrato n. 27/2017 seja prorrogado por mais 240 (duzentos e quarenta) dias corridos, com novo prazo de vigência até 23/2/2024, bem como pela notificação da contratada para manifestar-se sobre o descumprimento da obrigação prevista na Cláusula Segunda do Contrato, item B - Elementos da Contratação - item 5: Obtenção de Certificação LEED Silver e ENSI-Classe "a" do Programa PROCEL, combinada com a conduta descrita na CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA, Subcláusula Primeira, item 4:

Descumprir, de forma injustificada, o prazo de entrega de qualquer um dos documentos previstos em cada uma das etapas, incidente sobre o valor da etapa inadimplida:

Até 2 (dois) dias de atraso: advertência;

Até 5 dias corridos - multa de 1,0% (um por cento) ao dia;

Até 10 dias corridos – multa de 2% (dois por cento) ao dia;

Acima de 10 dias – multa de 3,0% (três por cento) ao dia, podendo ensejar a inexecução contratual;

Atraso reincidente na entrega de qualquer um dos documentos que compreendem cada etapa, enseja aplicação duplicada dos percentuais das multas previstas para o primeiro atraso;

Mais de 2 atrasos em entregas de qualquer um dos documentos que compreendem cada etapa, independentemente da quantidade de dias de atraso, pode ensejar a inexecução contratual.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Com estas considerações, acolhendo as manifestações da CFEP ([1019749](#)) e da CGEP ([1022214](#)); o Parecer Jurídico da AJSAOFC ([1023385](#)), a Manifestação da SAOFC ([1023573](#)) e a Manifestação da DG ([1023765](#)), que passam a integrar esta decisão, e, ainda, verificada a necessidade e utilidade para esta Administração:

1) **autorizo**, excepcionalmente, a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Administrativo n. 27/2017 ([0254602](#)), ficando o prazo de vigência prorrogado por mais 240 (duzentos e quarenta) dias corridos, com novo prazo de vigência até 23/2/2024, com fundamento no art. 57, § 1º, da Lei n. 8666/93, e na Subcláusula Quarta da Cláusula Quarta do instrumento contratual, condicionada à regularidade fiscal e trabalhista da contratada, para fins exclusivos de conclusão dos serviços necessários à obtenção da Certificação LEED, nível Prata;

2) **determino** a notificação da empresa contratada para:

2.1) renovar a garantia contratual apresentada anteriormente, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da assinatura do aditivo contratual, observadas todas as condições, prazos e valores constantes no contrato inicial, cujo novo termo final se dará em **23/05/2024**, 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, com fundamento no [art. 56, § 2º, da Lei nº. 8.666/93](#) e na Cláusula Sétima do Contrato Originário; e

2.2) manifestar-se acerca do descumprimento da obrigação prevista na Cláusula Segunda do Contrato, item B - Elementos da Contratação - item 5: Obtenção de Certificação LEED Silver e ENSI-Classe "a" do Programa PROCEL, combinada com a conduta descrita na Cláusula Décima Terceira, Subcláusula Primeira, item 4: Descumprir, de forma injustificada, o prazo de entrega de qualquer um dos documentos previstos em cada uma das etapas, incidente sobre o valor da etapa inadimplida, podendo ser aplicadas as sanções previstas caso comprovado o descumprimento injustificado.

À DG e à SAOFC, para ciência e cumprimento desta decisão.

Porto Velho, 27 de junho de 2023.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Desembargador KIYOSHI MORI

Presidente



Documento assinado eletronicamente por **PAULO KIYOSHI MORI, Presidente**, em 28/06/2023, às 18:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1025280** e o código CRC **5B2A6DA4**.